ISSN: 1984-686X | http://dx.doi.org/10.5902/1984686X98463

Inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior em Portugal, Brasil e Moçambique: uma revisão de escopo

Inclusion of Students with Disabilities in Higher Education in Portugal, Brazil, and Mozambique: A scoping review

Inclusión de Estudiantes con Discapacidad en la Educación Superior en Portugal, Brasil y Mozambique: una revisión de alcance

Hermenegildo Moises Nhabanga
Universidade Federal do Amazonas, Manaus – AM, Brasil.
hermenegildo.nhabanga@ufam.edu.br

Ana Paula Loução Martins
Centro de Investigação em Estudos da Criança, Universidade do Minho, Braga, Portugal.
apmartins@ie.uminho.pt

Sílvia Correia Monteiro
Centro de Investigação em Educação, Universidade do Minho, Braga, Portugal.
silviamonteiro@ie.uminho.pt

João Otacilio Libardoni dos Santos
Universidade Federal do Amazonas, Manaus – AM, Brasil.
jlibardoni@ufam.edu.br

Recebido em 27 de agosto de 2026
Aprovado em 01 de setembro de 2026
Publicado em 09 de setembro de 2026

RESUMO

Este artigo aborda a inclusão de estudantes com deficiência no Ensino Superior em Portugal, Brasil e Moçambique. O objetivo foi mapear a produção científica sobre essa temática nos três países, identificando os estudos publicados e seu recorte temporal e geográfico, as temáticas mais frequentemente abordadas e as lacunas existentes na literatura. Realizou-se uma revisão de escopo, conduzida segundo as orientações metodológicas do Joanna Briggs Institute e reportada conforme as diretrizes PRISMA-ScR. As buscas foram efetuadas nas bases Web of Science, Scopus, SciELO e ERIC, considerando artigos revistos por pares, publicados entre 2016 e 2025, disponíveis em texto integral e adequados aos critérios de elegibilidade. Foram incluídos 17 estudos: 11 centrados no Brasil, quatro em Portugal e dois comparativos entre Brasil e Portugal. Não foram encontrados estudos exclusivamente dedicados ao Ensino Superior em

ISSN: 1984-686X | http://dx.doi.org/10.5902/1984686X98463

Moçambique. As temáticas mais recorrentes foram acesso e permanência, acessibilidade, serviços de apoio, barreiras institucionais e atitudinais, formação dos profissionais e experiências académicas dos estudantes. Conclui-se que a literatura científica tem abordado a inclusão sobretudo a partir das condições institucionais, pedagógicas, comunicacionais e relacionais que influenciam a participação e a permanência dos estudantes, apresentando maior concentração no contexto brasileiro. Permanecem lacunas relacionadas com a realidade moçambicana, com a comparação entre os três países e com a reduzida presença de estudos longitudinais, interventivos e avaliativos.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Estudantes com Deficiência; Ensino Superior; Acessibilidade; Revisão de Escopo.

ABSTRACT

This article addresses the inclusion of students with disabilities in Higher Education in Portugal, Brazil, and Mozambique. The aim was to map the scientific literature on this topic in the three countries, identifying the published studies, the most frequently addressed themes, and the gaps in the literature. A scoping review was conducted according to the methodological guidance of the Joanna Briggs Institute and reported in accordance with the PRISMA-ScR guidelines. Searches were carried out in the Web of Science, Scopus, SciELO, and ERIC databases, considering peer-reviewed articles published between 2016 and 2025, available in full text, and meeting the eligibility criteria. Seventeen studies were included: 11 focused on Brazil, four on Portugal, and two compared Brazil and Portugal. No studies exclusively focused on Mozambican Higher Education were included. The most recurrent themes were access and retention, accessibility, support services, institutional and attitudinal barriers, professional training, and students' academic experiences. It is concluded that the scientific literature has addressed inclusion mainly through the institutional, pedagogical, communicational, and relational conditions that influence students' participation and retention, with a greater concentration of studies in the Brazilian context. Gaps remain regarding the Mozambican context, comparisons among the three countries, and the limited number of longitudinal, intervention-based, and evaluative studies.

Keywords: Inclusive Education; Students with Disabilities; Higher Education; Accessibility; Scoping Review.

RESUMEN

Este artículo aborda la inclusión de estudiantes con discapacidad en la Educación Superior en Portugal, Brasil y Mozambique. El objetivo fue mapear la producción científica sobre esta temática en los tres países, identificando los estudios publicados, los temas abordados con mayor frecuencia y las lagunas existentes en la literatura. Se realizó una revisión de alcance, conducida de acuerdo con las orientaciones metodológicas del Joanna Briggs Institute y reportada conforme a las directrices PRISMA-ScR. Las búsquedas se efectuaron en las bases Web of Science, Scopus, SciELO y ERIC, considerando artículos revisados por pares, publicados entre 2016 y 2025, disponibles a texto completo y adecuados a los

ISSN: 1984-686X | http://dx.doi.org/10.5902/1984686X98463

criterios de elegibilidad. Se incluyeron 17 estudios: 11 centrados en Brasil, cuatro en Portugal y dos comparativos entre Brasil y Portugal. No se incluyeron estudios dedicados exclusivamente a la Educación Superior mozambiqueña. Los temas más recurrentes fueron el acceso y la permanencia, la accesibilidad, los servicios de apoyo, las barreras institucionales y actitudinales, la formación de los profesionales y las experiencias académicas de los estudiantes. Se concluye que la literatura científica ha abordado la inclusión principalmente a partir de las condiciones institucionales, pedagógicas, comunicacionales y relacionales que influyen en la participación y permanencia de los estudiantes, con una mayor concentración de estudios en el contexto brasileño. Persisten lagunas relacionadas con la realidad mozambiqueña, la comparación entre los tres países y la reducida presencia de estudios longitudinales, de intervención y de evaluación.

Palabras clave: Educación Inclusiva; Estudiantes con Discapacidad; Educación Superior; Accesibilidad; Revisión de Alcance.

Introdução

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), no seu relatório de 2022, reitera a importância de um novo contrato social para fortalecer a educação como um empreendimento público e um bem comum. Esse esforço visa realizar plenamente o potencial transformador da educação, tornando-a um caminho para futuros coletivos sustentáveis, garantindo, assim, o direito à educação de qualidade ao longo da vida para todos (UNESCO, 2022). Em alinhamento com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS 4), que propõe assegurar uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, bem como promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos (ONU, 2015), os compromissos internacionais reforçam que a inclusão não se limita ao direito de entrada nos sistemas educativos, mas envolve a criação de condições concretas de participação, permanência e sucesso acadêmico.

Embora a educação inclusiva tenha sido inicialmente desenvolvida e implementada em níveis educativos anteriores ao ensino superior, os seus princípios e práticas têm vindo, nos últimos anos, a integrar progressivamente as agendas, as políticas e as práticas de ensino e aprendizagem universitárias (Moriña, 2016). De facto, desde a década de 1990, tem-se verificado uma atenção crescente à educação inclusiva, incluindo no contexto do ensino superior, dado o seu contributo fundamental para a promoção da equidade social (Altes et al., 2024).

As instituições de ensino superior são, assim, chamadas a promover a igualdade de oportunidades educativas (Altes et al., 2024) e a participação ativa e valorizada de todos

ISSN: 1984-686X | http://dx.doi.org/10.5902/1984686X98463

os alunos num contexto educativo comum (Moriña, 2016), bem como a responder à diversidade, identificando barreiras e fatores de risco de marginalização, exclusão ou insucesso acadêmico (Moriña & Biagiotti, 2022), e a preparar os estudantes para a inclusão profissional, essencial à promoção da qualidade de vida (Portillo-Navarro et al., 2022). Este progresso em matéria de inclusão e equidade exige uma estratégia de implementação eficaz, nomeadamente novas formas de pensar que direcionem a atenção para fatores contextuais que possam conduzir à marginalização (Ainscow, 2020). A partir desta compreensão, para efeitos deste artigo, sublinha-se que a inclusão no ensino superior não pode ser reduzida ao ingresso ou à presença física do estudante na universidade. Pelo contrário, trata-se de um processo que envolve condições institucionais, pedagógicas, comunicacionais, digitais, atitudinais e relacionais capazes de sustentar a participação acadêmica.

Em consonância com esta perspectiva, o modelo social da deficiência permite deslocar o foco da limitação individual para as barreiras sociais, ambientais, institucionais e atitudinais que restringem a participação das pessoas com deficiência. Conforme discutido por Moriña (2016), a partir do modelo social sistematizado por Oliver (1990), a deficiência não é compreendida exclusivamente como uma característica do indivíduo, mas como uma condição produzida na interação entre os impedimentos e uma organização social que não contempla a diversidade humana. Corroborando esta perspectiva, Moriña (2016) considera que o modelo social postula que é a sociedade e, neste caso, a universidade, que gera as barreiras que dificultam a inclusão dos estudantes com deficiência. Este modelo defende que as práticas, atitudes e políticas presentes no contexto social são responsáveis pela criação das barreiras e/ou dos apoios que influenciam o acesso e a participação destes estudantes (Oliver, 1990, citado por Moriña, 2016). Assim, sob a ótica do modelo social, o ensino superior deve reestruturar a experiência educativa de forma a garantir que todos os estudantes possam participar plenamente. Este pressuposto implica a eliminação de barreiras físicas, pedagógicas, comunicacionais e atitudinais, promovendo ambientes de aprendizagem acessíveis e inclusivos para toda a comunidade acadêmica (Moriña, 2016).

Nesse sentido, também a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência das Nações Unidas, aprovada pela Assembleia Geral da Organização em 13 de dezembro de 2006, estabeleceu a igualdade de oportunidades e a não discriminação no “acesso ao

ISSN: 1984-686X | http://dx.doi.org/10.5902/1984686X98463

ensino superior geral, à formação vocacional, à educação de adultos e à aprendizagem ao longo da vida" (artigo 24.º, citado por Gomes et al., 2020, p. 226). Também nesta Convenção, a educação inclusiva assume-se como "uma educação que melhor pode garantir o desenvolvimento de atitudes e competências que possam conduzir a uma sociedade mais justa e fraterna" (Gomes et al., 2020, p. 231).

No contexto do ensino superior, estas perspectivas permitem analisar como os ambientes, as políticas e as práticas universitárias podem produzir, manter ou eliminar barreiras à participação académica. Essa compreensão é retomada por Martins, Melo e Martins (2021), para quem a deficiência deve ser entendida a partir da interação entre as características individuais e as barreiras sociais, ambientais e atitudinais que limitam a participação plena.

No contexto atual do ensino superior em Portugal, observa-se a existência de uma vasta diversidade na população estudantil. A resposta às condições e características distintas destes estudantes representa um desafio para as instituições de ensino superior (Freire & Núñez-Nogueroles, 2024). Paralelamente, Pinto et al. (2025), com base em dados do projeto European Disability Expertise, referem um aumento do número de estudantes com deficiência a aceder ao ensino superior em Portugal, particularmente expressivo nos últimos cinco anos. Entre os anos letivos de 2020/2021 (n = 2.582) e 2024/2025 (n = 5.300), registou-se um aumento de 105,3%. Contudo, dados da mesma fonte mostram que a taxa de conclusão do ensino superior entre pessoas com deficiência na faixa etária dos 25 aos 34 anos, em 2023, foi de 35,5%, enquanto entre as pessoas sem deficiência foi de 41,9% (Pinto et al., 2025).

No Brasil, verifica-se igualmente uma expansão da presença de estudantes do público da educação especial no ensino superior. Dados oficiais do Censo da Educação Superior indicam que o número de matrículas em cursos de graduação de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação passou de 33.377, em 2014, para 95.572, em 2024, correspondendo, neste último ano, a 0,9% do total de matrículas (INEP, 2025). Este crescimento insere-se num contexto de desenvolvimento de políticas orientadas para o acesso, a acessibilidade e a permanência no ensino superior e evidencia que a ampliação do ingresso necessita de ser acompanhada por condições institucionais capazes de assegurar a participação e a continuidade dos percursos acadêmicos.

ISSN: 1984-686X | http://dx.doi.org/10.5902/1984686X98463

Em Moçambique, embora sejam mais limitados os dados nacionais específicos relativos à participação de estudantes com deficiência no ensino superior, as evidências disponíveis apontam para desafios na concretização da inclusão neste nível de ensino. Ao analisar as experiências e práticas relacionadas com estudantes com deficiência numa universidade moçambicana, Simbine (2021) identificou barreiras arquitetônicas, insuficiência de materiais adaptados e limitações nos apoios especializados. Estes elementos evidenciam que o acesso, por si só, não assegura a inclusão, sendo necessárias respostas institucionais que proporcionem condições efetivas de aprendizagem, participação e permanência dos estudantes com deficiência no ensino superior.

Embora a educação inclusiva surja nas várias agendas políticas, segundo Moriña (2016), no contexto do ensino superior ainda existe um longo percurso a percorrer até que se possa afirmar a plena concretização da inclusão, sendo necessário enfrentar diversos desafios para assegurar o alinhamento das práticas educativas com os princípios da educação inclusiva. Considerando este enquadramento, Portugal, Brasil e Moçambique constituem contextos relevantes para analisar a inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior, uma vez que partilham a língua portuguesa, mas apresentam trajetórias históricas, políticas e institucionais distintas. Embora o debate sobre a inclusão se articule, de modo geral, aos princípios de equidade, acessibilidade e justiça social, cada país organiza respostas próprias no campo das políticas públicas, da legislação, dos serviços de apoio e das práticas institucionais. Por essa razão, observar estes três contextos permite compreender como a produção científica tem tratado realidades próximas em termos linguísticos, mas marcadas por especificidades sociais, culturais e educativas.

Diante deste cenário, esta revisão orienta-se pela seguinte questão de pesquisa: como a literatura científica tem abordado a inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior em Portugal, Brasil e Moçambique? O objetivo é mapear a produção científica sobre essa temática nos três países, identificando o recorte temporal e geográfico, as temáticas mais frequentemente abordadas e as lacunas existentes na literatura. Para responder a esta questão, realizou-se esta revisão de escopo.

Procedimentos metodológicos

Protocolo de revisão

ISSN: 1984-686X | http://dx.doi.org/10.5902/1984686X98463

Esta pesquisa foi desenvolvida como uma revisão de escopo, seguindo as orientações metodológicas propostas pelo Joanna Briggs Institute (JBI) e pelo protocolo de relato PRISMA-ScR. Segundo Peter et al (2022), o processo para conduzir uma revisão de escopo é composto por seguintes etapas:

(i) definir as questões do estudo;
(ii) identificar estudos relevantes;
(iii) selecionar estudos;
(iv) mapear os dados;
(v) reunir os dados;
(vi) resumir os dados; e
(vii) relatar os resultados.

Bases de dados e estratégias de busca

A busca bibliográfica foi realizada nas bases Scopus, Web of Science, SciELO e ERIC (Education Resources Information Center), contemplando artigos publicados entre 2016 e 2025, nos idiomas português, inglês e espanhol. Este recorte temporal justifica-se pelo fortalecimento das políticas de inclusão e acessibilidade no Ensino Superior em Portugal, Brasil e Moçambique, bem como pela ampliação das discussões internacionais sobre educação inclusiva impulsionadas pela Agenda 2030 das Nações Unidas, especialmente pelo Objectivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS 4).

Foram utilizados descritores relacionados à temática da educação inclusiva no Ensino Superior, empregados de forma isolada e em combinações múltiplas, tais como: (“inclusive education” OR inclusion OR “educational inclusion”) AND (“higher education” OR “tertiary education” OR university) AND (“students with disabilities” OR disability OR “special educational needs”) AND (access OR accessibility OR participation OR retention OR equity OR barriers), bem como seus correspondentes em português e em espanhol. Os descritores foram articulados por meio dos operadores booleanos AND e OR, com adaptações às especificidades de cada base de dados, conforme recomendado por Peters et al. (2020).

Critérios de elegibilidade e inclusão

ISSN: 1984-686X | http://dx.doi.org/10.5902/1984686X98463

Foram considerados elegíveis artigos científicos publicados entre 2016 e 2025, revistos por pares, disponíveis em texto integral e redigidos em português, inglês ou espanhol. Foram incluídos estudos que abordassem a inclusão de estudantes com deficiência no Ensino Superior e que apresentassem relação direta com Portugal, Brasil ou Moçambique. A definição prévia dos critérios de elegibilidade seguiu a recomendação de Levac et al. (2010), segundo a qual o processo de seleção deve manter coerência com a questão de investigação e com os objetivos do estudo.

Também foram considerados artigos comparativos que incluíssem, entre os contextos analisados, pelo menos um dos três países definidos nesta revisão. Desta forma, estudos internacionais que abordassem Portugal, Brasil ou Moçambique foram mantidos quando apresentavam dados, análises ou discussões diretamente relacionados com a inclusão de estudantes com deficiência no Ensino Superior.

Critérios de exclusão

Foram excluídos estudos que não abordassem o Ensino Superior, bem como publicações centradas exclusivamente na Educação Básica. Também foram excluídos artigos que tratassem de inclusão educacional de modo amplo, mas sem relação directa com estudantes com deficiência ou necessidades educativas específicas no contexto universitário. Foram igualmente excluídas editoriais, resenhas, cartas ao editor, ensaios opinativos, documentos institucionais sem carácter científico, dissertações, teses, capítulos de livros, estudos duplicados, textos sem acesso integral e publicações fora do período de 2016 a 2025.

Seleção das fontes de evidência

A seleção das fontes de evidência foi realizada em quatro etapas. Na primeira, foram identificados os registos recuperados nas bases Scopus, Web of Science, SciELO e ERIC. Na segunda, foram removidos os artigos duplicados. Na terceira, procedeu-se à leitura dos títulos, resumos e palavras-chave. Na quarta, os estudos potencialmente elegíveis foram lidos na íntegra.

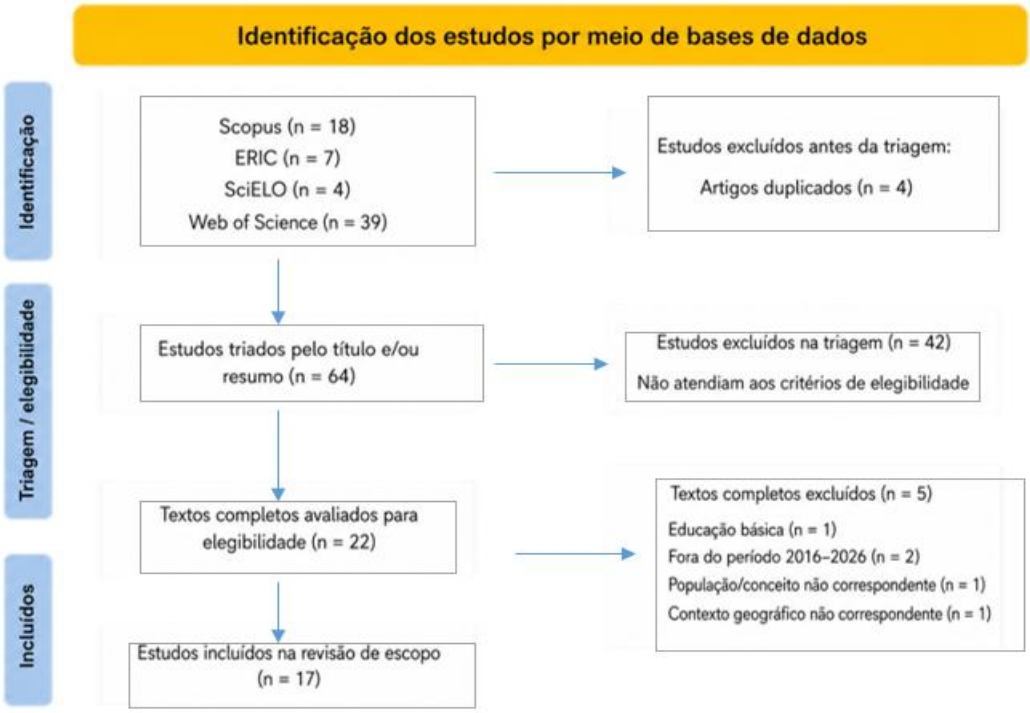
Quando o título e o resumo não permitiram decidir com segurança sobre a inclusão ou exclusão do estudo, o artigo foi mantido para leitura integral. Este procedimento segue a orientação de Levac et al. (2010), que defendem maior rigor na fase de seleção para

ISSN: 1984-686X | http://dx.doi.org/10.5902/1984686X98463

evitar a exclusão indevida de estudos relevantes. Como afirmam os autores, a revisão de escopo exige uma abordagem iterativa na seleção e análise dos estudos (Levac et al., 2010, p. 3), permitindo ajustes durante o contacto mais aprofundado com as fontes de evidência.

Inicialmente, foram identificados 68 estudos nas bases de dados Scopus (n = 18), ERIC (n = 7), SciELO (n = 4) e Web of Science (n = 39). Após a remoção de 4 artigos duplicados , permaneceram 64 estudos para a fase de triagem por título e resumo. Nesta etapa, foram excluídos 42 estudos por não atenderem aos critérios de elegibilidade acima mencionados na metodologia. Em seguida, 22 textos completos foram avaliados integralmente, sendo excluídos 5 artigos pelos seguintes motivos: foco na educação básica (n = 1), publicação fora do período de 2016–2025 (n = 2), população/conceito não correspondente (n = 1) e contexto geográfico não correspondente (n = 1). Deste modo, 17 estudos foram incluídos na análise final desta revisão de escopo. A Figura 1 apresenta o fluxograma PRISMA-ScR que sistematiza o processo de triagem, elegibilidade e inclusão das fontes desta revisão de escopo.

Figura 1: Fluxograma PRISMA-ScR do processo de seleção das evidências.



Fonte: Elaborado pelos autores com base no PRISMA 2020 (Page et al., 2021) e na extensão PRISMA-ScR (Tricco et al., 2018).

ISSN: 1984-686X | http://dx.doi.org/10.5902/1984686X98463

Extração e mapeamento dos dados

Na etapa de elegibilidade, procedeu-se à leitura dos títulos e resumos dos estudos identificados, sendo excluídos aqueles que não atendiam aos critérios de inclusão previamente definidos. Quando a elegibilidade não pôde ser determinada a partir dessas informações, os artigos foram analisados na íntegra antes da decisão final de inclusão.

Os dados dos estudos selecionados foram extraídos por meio de uma matriz analítica, entendida como um instrumento de organização sistemática das informações de cada artigo, estruturado em formato de quadro para permitir a síntese e comparação dos estudos (Peters et al., 2020). Esta matriz foi composta pelas seguintes categorias: autor/ano, objetivo, caracterização metodológica, achados e recomendações. O mapeamento dos dados nesta fase foi realizado de forma descritiva, a partir da leitura integral dos artigos, sem realização de inferências conclusivas ou avaliação da qualidade metodológica dos estudos.

Análise dos dados

A análise dos dados foi conduzida em duas fases complementares. A primeira correspondeu à caracterização descritiva dos estudos incluídos, considerando ano de publicação, base de indexação, país ou contexto analisado, abordagem metodológica, tipo de estudo e população investigada.

Na segunda fase, realizou-se uma síntese temática dos dados extraídos. Os objetivos, os resultados e as conclusões dos artigos foram submetidos a leitura comparativa, sendo identificados temas recorrentes relacionados com a inclusão de estudantes com deficiência no Ensino Superior. Os conteúdos com proximidade conceptual foram agrupados em temáticas mais abrangentes, posteriormente utilizadas na apresentação e discussão dos resultados.

As lacunas foram identificadas a partir da comparação entre os países, os delineamentos metodológicos, as populações e as temáticas investigadas. Foram consideradas tanto as lacunas explicitamente indicadas pelos autores quanto aquelas evidenciadas pelo mapeamento do conjunto dos estudos.

ISSN: 1984-686X | http://dx.doi.org/10.5902/1984686X98463

Apresentação, análise e discussão dos resultados

Os resultados serão apresentados a seguir e discutidos considerando o recorte geográfico e temporal das publicações, as temáticas mais frequentemente abordadas e as lacunas existentes na literatura.

O Quadro 1 apresenta os estudos que compõem a produção científica incluída nesta revisão. Para cada artigo, foram sistematizadas informações relativas à autoria e ao ano de publicação, ao país ou contexto analisado, ao objetivo, à caracterização metodológica, aos principais resultados e às recomendações apresentadas pelos autores. Essa sistematização permitiu comparar os estudos e identificar as tendências temporais, geográficas, metodológicas e temáticas da literatura analisada.

Quadro 1: Caracterização dos estudos incluídos na revisão de escopo

Nº	Autor/ano	País	Objetivo	Metodologia	Resultados/Achados	Recomendações
1	Oliveira et al. (2024)	Brasil	Analisar abordagens da acessibilidade e da inclusão nos bacharelados em Relações Públicas de universidades públicas brasileiras.	Estudo documental, com análise de projectos pedagógicos e documentos institucionais de cursos de graduação.	A acessibilidade e a inclusão aparecem nos documentos curriculares, mas de modo desigual entre instituições e cursos.	Ampliar a presença da acessibilidade e da inclusão nos currículos, de modo transversal e articulado à formação profissional.
2	Guerreiro, Branco e Silva (2025)	Portugal	Analisar a legislação portuguesa sobre educação inclusiva, do ensino básico ao Ensino Superior.	Estudo documental e diacrónico, centrado em normativos legais portugueses.	A legislação portuguesa apresenta avanços na educação inclusiva, mas o Ensino Superior ainda possui regulamentação específica limitada.	Desenvolver orientações mais sistemáticas para o Ensino Superior, aproximando-o dos princípios inclusivos já consolidados no ensino obrigatório.

ISSN: 1984-686X | http://dx.doi.org/10.5902/1984686X98463

3	Daxenberger (2025)	Brasil	Analisar a implementação da política pública de inclusão universitária no campus Areia da Universidade Federal da Paraíba.	Estudo de caso com análise documental e institucional.	A existência de políticas e comissões de inclusão não elimina barreiras arquitectónicas, materiais e atitudinais.	Fortalecer a implementação institucional das políticas, com maior acompanhamento, recursos e formação da comunidade universitária.
4	Ferreira e Oliveira (2025)	Brasil	Analisar a política de acessibilidade e inclusão da Universidade Federal do Sul da Bahia.	Análise documental de políticas institucionais, normas e documentos legais.	A universidade apresenta avanços normativos e institucionais, mas enfrenta desafios para consolidar a acessibilidade como política efectiva.	Reforçar a articulação entre legislação, gestão universitária e práticas institucionais inclusivas.
5	Quispe et al. (2025)	Brasil	Investigar a inclusão de alunos da educação especial no Ensino Superior.	Estudo de caso, com abordagem qualitativa.	A inclusão no Ensino Superior exige adaptações institucionais, pedagógicas e relacionais para responder às necessidades dos estudantes.	Ampliar estratégias de acompanhamento, recursos pedagógicos e apoio docente.
6	Santos et al. (2024)	Brasil e Portugal	Analisar planos de gestão de universidades brasileiras e portuguesas quanto às políticas de acessibilidade e inclu-	Revisão de literatura e análise de conteúdo de planos de desenvolvimento institucional.	Os planos institucionais incorporam acções de acessibilidade e inclusão, incluindo referências às bibliotecas universitárias.	Consolidar políticas informacionais inclusivas e ampliar o papel das bibliotecas na acessibilidade académica.

ISSN: 1984-686X | http://dx.doi.org/10.5902/1984686X98463

			são nas bibliotecas universitárias.			
7	Martín e Moriña (2022)	Portugal	Investigar factores de resiliência em estudantes com deficiência numa universidade pública portuguesa.	Estudo qualitativo centrado em experiências de estudantes com deficiência.	Os factores de resiliência relacionam-se com apoio institucional, relações interpessoais, trajectórias pessoais e estratégias de enfrentamento.	Reforçar apoios institucionais e relações académicas que favoreçam autonomia, permanência e sucesso académico.
8	Fernandes, Oliveira e Almeida (2016)	Portugal	Explorar concepções de estudantes com deficiência sobre os desafios vivenciados numa universidade portuguesa.	Estudo qualitativo com entrevistas semiestruturadas e questionário online com estudantes com deficiência.	Os estudantes indicam desconhecimento institucional sobre diversidade, fragilidades nos serviços de apoio e dificuldades na promoção da autonomia.	Promover uma cultura universitária inclusiva, com maior eficácia dos serviços de apoio e combate ao preconceito.
9	Lima, Garcia-Valcárcel e Meirinhos (2025)	Brasil	Analisar materiais didácticos acessíveis para estudantes surdos no Ensino Superior.	Estudo documental e analítico sobre materiais didácticos e recursos de acessibilidade.	Predominam materiais textuais, com uso ainda limitado de vídeos em Libras, recursos visuais e tecnologias assistivas.	Investir na produção de materiais multimodais acessíveis e na formação docente para acessibilidade digital.
10	Nogueira e Oliver (2022)	Brasil	Discutir acções realizadas por terapeutas ocupacionais gestoras de	Estudo qualitativo com entrevistas semiestruturadas a terapeutas ocupa-	As acções das gestoras envolvem apoios individuais e inter-	Reforçar a gestão participativa, a mediação institu-

ISSN: 1984-686X | http://dx.doi.org/10.5902/1984686X98463

			programas de inclusão no Ensino Superior.	cionais coordenadoras de núcleos de inclusão.	venções colectivas, articulando demandas institucionais e necessidades dos estudantes.	cional e a formação de equipas multiprofissionais.
11	Almeida e Ferreira (2018)	Brasil	Discutir os sentidos da inclusão de estudantes com deficiência na Educação Superior brasileira.	Estudo exploratório-descritivo com análise de discurso, dados oficiais e entrevistas em universidade federal.	A inclusão é frequentemente compreendida como presença ou como acessibilidade arquitectónica, revelando limites na compreensão da permanência.	Ampliar o entendimento institucional sobre acessibilidade em múltiplas dimensões e rever mecanismos de identificação dos estudantes.
12	Silva e Pimentel (2022)	Brasil	Analisar vivências de estudantes com deficiência visual no Ensino Superior.	Estudo qualitativo com entrevistas semiestruturadas a estudantes com deficiência visual.	O ingresso e a permanência são marcados por barreiras físicas, pedagógicas, tecnológicas, materiais e atitudinais.	Envolver toda a comunidade académica na construção de práticas inclusivas e garantir recursos acessíveis.
13	Guimarães et al. (2021)	Brasil	Analisar trajectórias de alunos com deficiência e políticas de educação inclusiva da Educação Básica ao Ensino Superior.	Estudo qualitativo sobre trajectórias educacionais e políticas inclusivas.	O acesso ao Ensino Superior é recente e atravessado por barreiras acumuladas ao longo da escolarização.	Fortalecer políticas de transição entre níveis de ensino e garantir continuidade dos apoios educacionais.
14	Núñez Nogueroles e Freire (2025)	Portugal	Explorar percepções de funcionários não docentes	Estudo qualitativo com foco nas per-	Os funcionários não docentes reconhecem a rele-	Desenvolver formação para profissionais não docentes e incluir

ISSN: 1984-686X | http://dx.doi.org/10.5902/1984686X98463

			sobre acessibilidade e inclusão em instituições portuguesas de Ensino Superior.	cepções de profissionais não docentes.	vância da inclusão, mas indicam necessidades de formação e maior conhecimento institucional.	estes actores nas políticas de acessibilidade universitária.
15	Almeida et al. (2025)	Brasil	Compreender trajectórias de pessoas com deficiência no Ensino Superior a partir do conceito de territorialidades.	Pesquisa qualitativa descritiva, com entrevistas narrativas a estudantes de duas universidades brasileiras.	Persistem barreiras arquitectónicas, pedagógicas e atitudinais, mesmo em instituições com núcleos de inclusão.	Reforçar políticas institucionais, formação docente e responsabilização da universidade na eliminação de barreiras.
16	Beltrão, Teixeira e Simas (2023)	Brasil	Traçar o perfil dos estudantes com deficiência no Ensino Superior brasileiro entre 2009 e 2019.	Estudo quantitativo com análise de microdados do Censo da Educação Superior.	O número de estudantes com deficiência aumentou, mas permanece proporcionalmente reduzido em relação ao total de matrículas.	Ampliar estudos com dados oficiais e fortalecer políticas de permanência, acessibilidade e tecnologias assistivas.
17	Martins, Melo e Martins (2021)	Brasil e Portugal	Caracterizar os serviços de apoio a estudantes com deficiência em universidades públicas do Brasil e de Portugal.	Estudo exploratório, transversal e comparativo, com questionário aplicado a coordenadores de serviços de apoio.	Os serviços de apoio desempenham papel relevante, mas enfrentam limitações de autonomia, recursos, profissionais e formação docente.	Reforçar financiamento, formação contínua, equipas especializadas e políticas inclusivas baseadas na equidade.

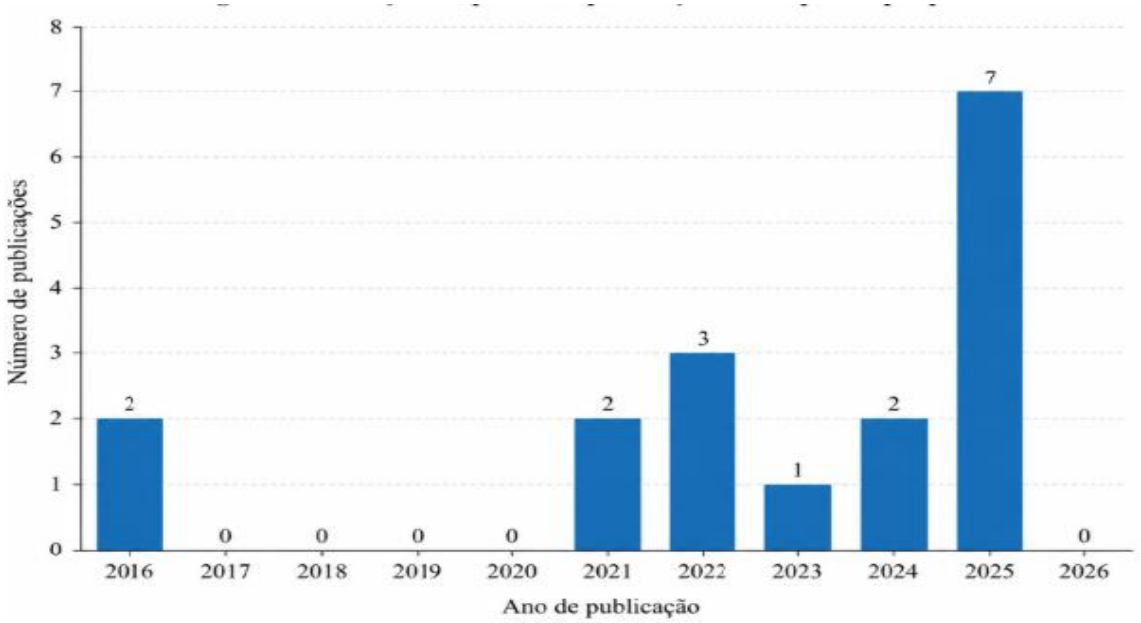
Fonte: autoria própria (2026)

ISSN: 1984-686X | http://dx.doi.org/10.5902/1984686X98463

Distribuição temporal e geográfica das publicações

A Figura 2 apresenta a distribuição temporal dos 17 estudos incluídos na revisão. Em 2016, foram identificadas duas publicações, não tendo sido encontrados estudos entre 2017 e 2020. A produção foi retomada em 2021, com duas publicações, aumentando para três estudos em 2022. Em 2023, registou-se uma redução para uma publicação, seguida de novo crescimento em 2024, com dois estudos. O maior número de publicações ocorreu em 2025, com sete artigos, correspondentes a 41,2% do corpus analisado.

Figura 2: Evolução temporal das publicações corpus da pesquisa.



Fonte: Autoria Própria (2026)

A distribuição temporal mostrou-se irregular e concentrou-se nos anos finais do período analisado. Entre 2022 e 2025, foram publicados 13 dos 17 estudos incluídos, correspondendo a 76,5% do corpus.

A distribuição geográfica dos 17 estudos incluídos revela maior concentração de artigos centrados no Brasil, correspondentes a 64,7% do conjunto analisado (n = 11), seguida por estudos realizados em Portugal, com 23,5% (n = 4), e por pesquisas comparativas ou articuladas entre Brasil e Portugal, com 11,8% (n = 3). Esta predominância brasileira deve ser interpretada em articulação com a dimensão do sistema universitário do país, a expansão das políticas de democratização do acesso, a institucionalização de núcleos de acessibilidade e a maior circulação de periódicos brasileiros nas bases

ISSN: 1984-686X | http://dx.doi.org/10.5902/1984686X98463

consultadas. Assim, a presença mais expressiva de estudos brasileiros não corresponde, necessariamente, a uma consolidação superior das práticas inclusivas, mas evidência maior visibilidade científica do tema nesse contexto. Essa leitura encontra respaldo em Almeida e Ferreira (2018), Beltrão, Teixeira e Simas (2023) e Almeida et al. (2025), que analisam a inclusão no Ensino Superior brasileiro como um campo atravessado por avanços normativos, ampliação do acesso e permanência de barreiras institucionais.

Em contraponto a essa visibilidade brasileira, a inexistência de artigos incluídos exclusivamente sobre Moçambique constitui um dado analítico relevante. Essa ausência expressa assimetrias na circulação internacional da produção científica entre países lusófonos, sobretudo quando se consideram bases como Scopus, Web of Science, SciELO e ERIC. Não se trata de afirmar que não existam políticas, práticas ou desafios relacionados à inclusão no Ensino Superior moçambicano, mas de reconhecer que essa produção não emergiu no conjunto final de estudos, de acordo com os critérios previamente definidos. Desse modo, a ausência torna-se também evidência de uma lacuna de visibilidade científica, apontando para a necessidade de ampliar pesquisas sobre a realidade moçambicana e fortalecer a publicação de estudos produzidos em contextos africanos de língua portuguesa.

Essa desigualdade na distribuição geográfica dialoga com a própria diversidade metodológica observada nos artigos selecionados. O conjunto analisado reúne pesquisas qualitativas, documentais, estudos de caso, análises censitárias, entrevistas, questionários e exames de políticas institucionais. Ainda assim, predominam abordagens qualitativas e documentais, o que demonstra a centralidade atribuída às experiências, percepções, barreiras e práticas institucionais. Essa tendência é coerente com a complexidade do fenómeno, pois a inclusão envolve dimensões subjetivas, políticas, pedagógicas e organizacionais. Por outro lado, a reduzida presença de estudos quantitativos, longitudinais e avaliativos limita a compreensão sobre permanência, abandono, sucesso académico, impacto das políticas institucionais e efetividade dos serviços de apoio. Nesse aspecto, Beltrão et al. (2023) distinguem-se por analisarem microdados do Censo da Educação Superior brasileiro, oferecendo uma leitura estatística da presença de estudantes com deficiência na universidade e permitindo dimensionar desigualdades que, em estudos exclusivamente qualitativos, tendem a aparecer de forma mais localizada.

ISSN: 1984-686X | http://dx.doi.org/10.5902/1984686X98463

Temáticas mais frequentemente abordadas

A inclusão universitária não se restringe ao acesso formal, à matrícula ou à presença física do estudante na instituição. Pelo contrário, envolve a capacidade das universidades de reorganizarem as suas políticas, práticas pedagógicas, serviços, espaços, recursos comunicacionais e culturas institucionais, de modo a garantir a participação académica em condições de equidade. Nessa perspectiva, este artigo aproxima-se de uma leitura social da deficiência, na qual as barreiras institucionais, ambientais, comunicacionais, pedagógicas e atitudinais ocupam lugar central na compreensão das desigualdades vivenciadas pelos estudantes com deficiência no Ensino Superior.

A partir dessa compreensão mais ampla da inclusão universitária, a literatura analisada evidencia um conjunto de temáticas recorrentes, que se articulam entre si e revelam que o processo de inclusão ultrapassa o momento do ingresso na instituição. Entre essas temáticas, destaca-se, inicialmente, a questão do acesso ao Ensino Superior. O acesso constitui uma das dimensões estruturantes da literatura analisada. Almeida e Ferreira (2018), Guimarães, Borges e Van Petten (2021), Beltrão et al. (2023) e Almeida et al. (2025) demonstram que o ingresso de estudantes com deficiência na universidade resulta da articulação entre mudanças legais, políticas de democratização e trajetórias escolares anteriores. Beltrão et al. (2023) identificam crescimento no número de matrículas desse público no Ensino Superior brasileiro, embora a sua representatividade permaneça reduzida em relação ao total de estudantes. Na mesma direção, Guimarães et al. (2021) evidenciam que a chegada à universidade é condicionada por barreiras acumuladas desde a Educação Básica. Portanto, o acesso deve ser compreendido como parte de um percurso educacional mais amplo, marcado por oportunidades desiguais, processos seletivos e diferentes condições de preparação escolar.

Contudo, assegurar o ingresso não significa, necessariamente, assegurar a inclusão. É justamente a partir dessa constatação que a literatura desloca a atenção do acesso para a permanência e a participação académica. Fernandes, Oliveira e Almeida (2016), Silva e Pimentel (2022), Martins, Melo e Martins (2021) e Almeida et al. (2025) mostram que permanecer na universidade requer apoios institucionais, acessibilidade, práticas pedagógicas inclusivas, materiais adequados, acolhimento e reconhecimento das necessidades dos estudantes. No contexto português, Fernandes et al. (2016) identificam fragilidades nos serviços de apoio e desconhecimento institucional sobre diversidade. Já

ISSN: 1984-686X | http://dx.doi.org/10.5902/1984686X98463

Silva e Pimentel (2022), ao analisarem vivências de estudantes com deficiência visual, evidenciam obstáculos físicos, pedagógicos, tecnológicos e atitudinais. A permanência, portanto, depende da capacidade institucional de transformar o direito de ingresso em condições concretas de participação, aprendizagem e sucesso académico.

Nesse sentido, a permanência encontra-se diretamente relacionada com a existência de condições efetivas de acessibilidade. É precisamente nessa passagem do acesso para a permanência e participação que a acessibilidade assume papel estruturante. Oliveira et al. (2024), Santos et al. (2024), Lima, Garcia-Valcárcel e Meirinhos (2025), Almeida e Ferreira (2018), Silva e Pimentel (2022) e Almeida et al. (2025) permitem compreendê-la como uma dimensão arquitetónica, curricular, pedagógica, comunicacional, digital e informacional. Oliveira et al. (2024) evidenciam que a acessibilidade aparece de modo desigual nos currículos de cursos de Relações Públicas em universidades públicas brasileiras. Santos et al. (2024), por sua vez, destacam as bibliotecas universitárias como espaços estratégicos para a democratização do acesso à informação. Lima et al. (2025), ao examinarem materiais didáticos para estudantes surdos, defendem a necessidade de recursos multimodais, vídeos em Libras, materiais visuais e tecnologias assistivas. A acessibilidade, portanto, deve ser concebida como princípio de organização universitária, e não como adaptação ocasional ou resposta tardia a demandas individuais.

A necessidade de garantir acessibilidade em diferentes dimensões conduz, por conseguinte, à importância dos serviços especializados e dos núcleos institucionais de inclusão. Essas estruturas aparecem na literatura como mediadoras entre estudantes, docentes, gestores e recursos disponíveis. Nogueira e Oliver (2022) e Martins et al. (2021) demonstram que tais estruturas contribuem para o acolhimento, o acompanhamento académico, a produção de materiais acessíveis e a orientação pedagógica. Contudo, a sua atuação é frequentemente condicionada por limitações de autonomia, financiamento, número de profissionais e formação especializada. Essa realidade revela uma tensão institucional relevante: embora os núcleos de acessibilidade sejam indispensáveis, a inclusão não pode ser delegada exclusivamente a esses setores. Ela exige corresponsabilização de toda a universidade, envolvendo docentes, gestores, bibliotecas, serviços administrativos, coordenações de curso e demais atores institucionais.

Quando essa corresponsabilização institucional não se concretiza, persistem barreiras que podem comprometer tanto o acesso quanto a permanência e a participação

ISSN: 1984-686X | http://dx.doi.org/10.5902/1984686X98463

académica. Essa corresponsabilização torna-se ainda mais necessária quando se observam as barreiras institucionais e atitudinais que atravessam grande parte dos artigos incluídos. Daxenberger (2025), Almeida e Ferreira (2018), Fernandes et al. (2016), Silva e Pimentel (2022), Núñez Nogueroles e Freire (2025) e Almeida et al. (2025) demonstram que a existência de legislação e políticas formais não elimina, por si só, os obstáculos enfrentados pelos estudantes. Daxenberger (2025) evidencia a distância entre o direito legal e a implementação efetiva da política pública de inclusão universitária. Ferreira e Oliveira (2025), ao analisarem a política de acessibilidade e inclusão da Universidade Federal do Sul da Bahia, identificam avanços normativos acompanhados de desafios para a consolidação prática. No contexto português, Guerreiro, Branco e Silva (2025) observam que, apesar dos avanços legislativos na educação inclusiva, o Ensino Superior dispõe de regulamentação específica mais limitada quando comparado ao ensino obrigatório. O problema central, portanto, não reside apenas na formulação de normas, mas na sua conversão em práticas permanentes, monitorizadas e institucionalmente assumidas.

As barreiras identificadas no plano institucional repercutem, inevitavelmente, no domínio pedagógico, tornando necessária a análise das práticas de ensino e das condições de aprendizagem. Nesse domínio, a distância entre norma e prática manifesta-se na necessidade de rever metodologias de ensino, materiais didáticos, processos avaliativos e formação docente. Oliveira et al. (2024), Quispe, Quispe Rodríguez e Figueiredo (2025), Lima et al. (2025), Silva e Pimentel (2022) e Almeida et al. (2025) assinalam que a inclusão exige adaptações institucionais e pedagógicas articuladas às necessidades dos estudantes. Quispe et al. (2025) sustentam que esse processo requer mudanças nas práticas de ensino e nas formas de acompanhamento académico. Almeida et al. (2025), por sua vez, mostram que, em diversas situações, os próprios discentes assumem a responsabilidade de informar as suas necessidades, solicitar adaptações e propor soluções. Essa dinâmica denuncia a persistência de uma lógica integracionista, na qual o estudante é chamado a ajustar-se à universidade, em vez de a instituição reorganizar as suas práticas para assegurar participação equitativa.

Para além das condições institucionais e pedagógicas, a literatura evidencia a importância de compreender a inclusão a partir das próprias experiências dos estudantes. Ao deslocar o olhar para os sujeitos, essas experiências permitem compreender como os estudantes com deficiência vivenciam, interpretam e enfrentam as barreiras universitárias.

ISSN: 1984-686X | http://dx.doi.org/10.5902/1984686X98463

Martín e Moriña (2022), Fernandes et al. (2016), Silva e Pimentel (2022), Guimarães et al. (2021) e Almeida et al. (2025) mostram que esses estudantes desenvolvem estratégias próprias para permanecer na universidade. Martín e Moriña (2022), ao analisarem fatores de resiliência numa universidade pública portuguesa, destacam a importância do apoio institucional, das relações interpessoais e das estratégias individuais. Todavia, a noção de resiliência deve ser interpretada criticamente. A permanência não pode depender predominantemente da capacidade individual de resistência dos estudantes, mas da eliminação sistemática das barreiras institucionais, pedagógicas e atitudinais que limitam a sua participação. Caso contrário, corre-se o risco de transformar a superação individual em substituto da responsabilidade institucional.

A consideração dessas diferentes dimensões permite, finalmente, compreender a relevância dos estudos comparativos, particularmente entre contextos que, embora compartilhem vínculos históricos e linguísticos, apresentam diferentes configurações educacionais e institucionais. Essa leitura crítica das experiências estudantis reforça a importância dos estudos comparativos entre Brasil e Portugal, especialmente Martins et al. (2021) e Santos et al. (2024). Esses artigos contribuem para identificar aproximações e diferenças entre países que partilham a língua portuguesa, mas possuem sistemas educativos, legislações, escalas populacionais e estruturas institucionais distintas. A comparação não tem por finalidade estabelecer hierarquias entre países; o seu valor está em revelar padrões comuns, fragilidades recorrentes e possibilidades de aprendizagem institucional. Essa perspectiva é relevante porque a inclusão universitária se relaciona, simultaneamente, com compromissos internacionais, como o ODS 4 da Agenda 2030, e com condições locais de implementação, financiamento e cultura organizacional.

Principais lacunas existentes na literatura analisada

A articulação entre esses diferentes eixos permite identificar lacunas que permanecem na produção científica analisada. A primeira refere-se à ausência, entre os estudos incluídos, de pesquisas realizadas no contexto moçambicano, evidenciando a necessidade de maior investimento em investigações sobre políticas, práticas institucionais e experiências de estudantes com deficiência no Ensino Superior de Moçambique. A segunda diz respeito à escassez de estudos comparativos que envolvam simultaneamente Portugal, Brasil e Moçambique, uma vez que os estudos analisados se concentram

ISSN: 1984-686X | http://dx.doi.org/10.5902/1984686X98463

predominantemente em contextos nacionais específicos, com limitada articulação entre os três países. A terceira relaciona-se à necessidade de pesquisas longitudinais que acompanhem as trajetórias académicas desde o ingresso até à conclusão do curso e à transição para o mercado de trabalho, dimensão que permanece pouco explorada nos estudos identificados.

A quarta lacuna relaciona-se à reduzida diversidade das abordagens metodológicas, particularmente quanto à presença de estudos quantitativos, longitudinais, mistos e interventivos. Embora a literatura analisada apresente diferentes estratégias de investigação, observa-se predominância de estudos de natureza qualitativa, exploratória e descritiva, limitando a produção de evidências sistemáticas sobre indicadores de acesso, permanência, desempenho, conclusão, abandono e efetividade das políticas de inclusão. A quinta refere-se à carência de estudos avaliativos sobre a efetividade dos núcleos de acessibilidade, serviços de apoio, políticas institucionais e práticas pedagógicas inclusivas. Os trabalhos de Nogueira e Oliver (2022), Martins, Melo e Martins (2021), Daxenberger (2025), Ferreira e Oliveira (2025) e Santos (2024) evidenciam a importância dessas estruturas e políticas, mas também apontam desafios relacionados com recursos, autonomia institucional, implementação e consolidação das práticas inclusivas. Tal cenário evidencia a necessidade de estudos que ultrapassem a descrição da existência dos serviços e avaliem sistematicamente os seus resultados e impactos.

A sexta lacuna corresponde à reduzida presença de análises interseccionais, capazes de articular a deficiência com marcadores como género, raça/etnia, classe social, território, origem rural e condição socioeconómica. Embora Almeida et al. (2025), Guimarães, Borges e Van Petten (2021) e outros estudos discutam diferentes dimensões das desigualdades e barreiras enfrentadas pelos estudantes, permanece limitada a análise da forma como diferentes marcadores sociais se combinam e produzem experiências diferenciadas de acesso, permanência e participação no Ensino Superior.

Para além das lacunas identificadas na produção científica, importa reconhecer também as limitações da presente revisão de escopo. A primeira decorre do recorte das bases consultadas, uma vez que Scopus, Web of Science, SciELO e ERIC não abrangem toda a produção existente, especialmente estudos publicados em revistas locais, livros, capítulos, teses, dissertações e relatórios institucionais. A segunda resulta dos critérios de inclusão adotados, que privilegiaram artigos revistos por pares, disponíveis em texto

ISSN: 1984-686X | http://dx.doi.org/10.5902/1984686X98463

integral e publicados entre 2016 e 2025. Esses recortes podem ter condicionado o conjunto de estudos identificados e, consequentemente, a amplitude das tendências e lacunas aqui apresentadas. Nesse sentido, Levac, Colquhoun e O'Brien (2010) salientam o caráter iterativo e abrangente das revisões de escopo, cujo propósito consiste em mapear a extensão, a natureza e as características da evidência disponível sobre determinado fenómeno.

Por fim, a produção científica analisada demonstra que a inclusão de estudantes com deficiência na universidade constitui uma problemática complexa, atravessada por legislação, políticas institucionais, acessibilidade, formação docente, práticas pedagógicas, serviços de apoio, cultura universitária, relações interpessoais e experiências subjetivas. O conjunto dos estudos sustenta que o ingresso, a matrícula e a presença física são condições necessárias, mas insuficientes. A inclusão exige a transformação das condições materiais, pedagógicas, comunicacionais, digitais, institucionais e relacionais que sustentam a participação académica. Assim, as lacunas identificadas apontam para a necessidade de ampliar a produção científica em contextos ainda pouco representados, fortalecer estudos comparativos e longitudinais, diversificar as abordagens metodológicas e desenvolver investigações avaliativas capazes de aferir a efetividade das políticas e práticas inclusivas.

Conclusão

Esta revisão de escopo permitiu mapear a produção científica sobre a inclusão de estudantes com deficiência no Ensino Superior em Portugal, Brasil e Moçambique, em consonância com o objetivo proposto. O conjunto de estudos incluídos foi constituído por 17 artigos publicados entre 2016 e 2025, dos quais 11 se concentraram no Brasil, 4 em Portugal e 2 desenvolveram análises comparativas entre os contextos brasileiro e português. Nas bases Web of Science, Scopus, SciELO e ERIC, considerando as estratégias de busca e os critérios de elegibilidade adotados, não foram incluídos estudos centrados exclusivamente no Ensino Superior moçambicano. A produção científica selecionada caracterizou-se pela predominância de abordagens qualitativas e documentais, complementadas por estudos de caso, entrevistas, questionários e análises censitárias, abrangendo diferentes níveis de análise, desde a legislação e as políticas

ISSN: 1984-686X | http://dx.doi.org/10.5902/1984686X98463

institucionais até às práticas pedagógicas, aos serviços de apoio e às experiências académicas dos estudantes.

Relativamente às temáticas mais frequentes, destacaram-se o acesso e a permanência, as diferentes formas de acessibilidade, a atuação dos núcleos e serviços de apoio, a formação de docentes e profissionais não docentes, as barreiras institucionais e atitudinais e as experiências dos estudantes com deficiência. A articulação entre esses temas evidencia que a ampliação do ingresso precisa ser acompanhada por condições institucionais, pedagógicas, comunicacionais, digitais e relacionais que favoreçam a participação e a continuidade dos percursos académicos. Quanto às lacunas, sobressaem a ausência de estudos sobre Moçambique no conjunto recuperado, a escassez de pesquisas comparativas entre os três países e a reduzida presença de estudos quantitativos, longitudinais, mistos, interventivos e avaliativos, bem como de análises sobre abandono, conclusão, transição para o trabalho e interseccionalidade. Esses resultados devem ser interpretados à luz das limitações da revisão, nomeadamente o recorte temporal, as quatro bases consultadas, a seleção exclusiva de artigos revistos por pares e a não inclusão da literatura cinzenta. Conclui-se que o campo requer maior diversificação geográfica, temática e metodológica, de modo a ampliar a compreensão das condições que sustentam a inclusão de estudantes com deficiência no Ensino Superior.

Agradecimentos:

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM). Foi ainda financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. no âmbito do Financiamento Plurianual do CIEC (Centro de Investigação em Estudos da Criança da Universidade do Minho) com a referência UID/00317/2025 e do Financiamento Plurianual do CIEd (Centro de Investigação em Educação da Universidade do Minho (UID/01661/2025).

ISSN: 1984-686X | http://dx.doi.org/10.5902/1984686X98463

Referências

AINSCOW, M. (2020). Promoting inclusion and equity in education: lessons from international experiences. Nordic Journal of Studies in Educational Policy, 6(1), 7–16. https://doi.org/10.1080/20020317.2020.1729587

ALMEIDA, J. G. de A.; FERREIRA, E. L. Sentidos da inclusão de alunos com deficiência na educação superior: olhares a partir da Universidade Federal de Juiz de Fora. Psicologia Escolar e Educacional, São Paulo, n. esp., p. 67-75, 2018. DOI: https://doi.org/10.1590/2175-3539/2018/047.

ALMEIDA, L. P. dos S. R. de; LAHR, S. L. N.; GUIMARÃES, J. da F.; BICALHO, M. G. P. Barreiras e estratégias de acesso nas trajetórias de pessoas com deficiência (PCD) no ensino superior: uma leitura a partir do conceito de territorialidades. Revista Brasileira de Educação Especial, Bauru, v. 31, e0132, 2025. DOI: https://doi.org/10.1590/1980-54702025v31e0132.

ALTES, T. K., Willemse, M., Goei, S. L., & Ehren, M. (2024). Higher education teachers' understandings of and challenges for inclusion and inclusive learning environments: A systematic literature review. Educational Research Review, 43, 100605. https://doi.org/10.1016/j.edurev.2024.100605

ARKSEY, H.; O'MALLEY, L. Scoping studies: towards a methodological framework. International Journal of Social Research Methodology, Londres, v. 8, n. 1, p. 19-32, 2005. DOI: https://doi.org/10.1080/1364557032000119616.

BELTRÃO, K. I.; TEIXEIRA, M. de P.; SIMAS, H. S. Inclusion of students with disabilities in Brazilian tertiary education. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 31, n. 120, e0234164, 2023. DOI: https://doi.org/10.1590/S0104-40362023003104164.

DAXENBERGER, A. C. S. Do direito legal à implementação de política pública: a inclusão universitária no campus Areia da UFPB. Diálogo, Canoas, v. 57, p. 1-24, 2025. DOI: https://doi.org/10.18316/dilogo.v1i57.12762.

FERNANDES, A. C. R.; OLIVEIRA, M. C. S. L. de; ALMEIDA, L. da S. Inclusão de estudantes com deficiências na universidade: estudo em uma universidade portuguesa.

ISSN: 1984-686X | http://dx.doi.org/10.5902/1984686X98463

Psicologia Escolar e Educacional, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 483-492, 2016. DOI: https://doi.org/10.1590/2175-3539201502031024.

FERREIRA, L. N.; OLIVEIRA, C. B. F. de. O direito humano à educação e as pessoas com deficiência no Brasil: uma análise da Política de Acessibilidade e Inclusão da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). Diálogo, Canoas, v. 57, p. 1-22, 2025. DOI: https://doi.org/10.18316/dilogo.v1i57.12785.

GUERREIRO, A. B. C.; BRANCO, M. L.; SILVA, S. M. da. Educação inclusiva em Portugal, do ensino básico ao ensino superior: uma análise da legislação. European Public & Social Innovation Review, v. 10, p. 1-18, 2025. DOI: https://doi.org/10.31637/epsir-2025-1121.

GUIMARÃES, M. C. A.; BORGES, A. A. P.; VAN PETTEN, A. M. V. N. Trajetórias de alunos com deficiência e as políticas de educação inclusiva: da educação básica ao ensino superior. Revista Brasileira de Educação Especial, Bauru, v. 27, e0059, p. 935-952, 2021. DOI: https://doi.org/10.1590/1980-54702021v27e0059.

INEP. (2025). Censo da Educação Superior 2024: Divulgação dos resultados. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

LEVAC, D.; COLQUHOUN, H.; O'BRIEN, K. K. Scoping studies: advancing the methodology. Implementation Science, Londres, v. 5, art. 69, 2010. DOI: https://doi.org/10.1186/1748-5908-5-69.

LIMA, M. A.; GARCIA-VALCÁRCEL, A.; MEIRINHOS, M. Inclusion in higher education: an analysis of teaching materials for deaf students. Education Sciences, v. 15, n. 10, p. 1290, 2025. DOI: https://doi.org/10.3390/educsci15101290.

MARTÍN, M. H.; MORIÑA, A. Resilience factors in students with disabilities at a Portuguese state university. Pedagogika, v. 146, n. 2, p. 110-128, 2022. DOI: https://doi.org/10.15823/p.2022.146.6.

MARTINS, M. H. V.; MELO, F. R. L. V. de; MARTINS, C. Serviços para estudantes com deficiência nas universidades: dificuldades e desafios. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 37, e27022, 2021. DOI: https://doi.org/10.1590/0102-469827022.

ISSN: 1984-686X | http://dx.doi.org/10.5902/1984686X98463

MORIÑA, A. (2016). Inclusive education in higher education: challenges and opportunities. European Journal of Special Needs Education, 32(1), 3–17. https://doi.org/10.1080/08856257.2016.1254964

MORINA, A., & Biagiotti, G. (2022). Inclusion at university, transition to employment and employability of graduates with disabilities: A systematic review. INTERNATIONAL JOURNAL OF EDUCATIONAL DEVELOPMENT, 93. https://doi.org/10.1016/j.ijedudev.2022.102647

NOGUEIRA, L. de F. Z.; OLIVER, F. C. Contribuições e desafios para a gestão de terapeutas ocupacionais em programas de inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, São Carlos, v. 30, e3146, 2022. DOI: https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoAO24113146.

NÚÑEZ NOGUEROLES, E. E.; FREIRE, S. Non-teaching staff's perceptions of accessibility and inclusion in Portuguese higher education institutions. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 51, e282784, 2025. DOI: https://doi.org/10.1590/S1678-4634202551282784en.

OLIVEIRA, J. R. de; FERREIRA, H. P. H.; PAIVA, J. M. F. Abordagens da acessibilidade e da inclusão nos bacharelados em Relações Públicas em universidades públicas brasileiras. Revista Internacional de Relaciones Públicas, Málaga, v. 14, n. 27, p. 87-104, 2024. DOI: https://doi.org/10.5783/revrrpp.v14i27.857.

ONU. Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Nova York: ONU, 2015. Disponível em: https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E

PETERS, M. D. J. et al. Chapter 11: scoping reviews. In: AROMATARIS, E.; MUNN, Z. (eds.). JBI manual for evidence synthesis. Adelaide: JBI, 2020. DOI: https://doi.org/10.46658/JBIMES-20-12.

PORTILLO-NAVARRO, M. J., Lagos-Rodríguez, G., & Meseguer-Santamaría, M. L. (2022). Employability of University Graduates with Disabilities in Spain. International Journal of Environmental Research and Public Health, 19(3). https://doi.org/10.3390/ijerph19031463

QUISPE, A. P. C.; QUISPE RODRÍGUEZ, R.; FIGUEIREDO, J. A. O. de. Estudo de caso sobre a inclusão de alunos da educação especial no ensino superior. Revista Ibero-

ISSN: 1984-686X | http://dx.doi.org/10.5902/1984686X98463

Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 20, e18984, 2025. DOI: https://doi.org/10.21723/riaee.v20i00.1898401.

SANTOS, A. P. L. dos. Análise dos planos de gestão de universidades brasileiras e portuguesas: uma investigação das políticas de acessibilidade e inclusão para as bibliotecas universitárias. Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, v. 29, e96232, 2024. DOI: https://doi.org/10.5007/1518-2924.2024.e96232.

SILVA, J.; PIMENTEL, A. A inclusão no ensino superior: vivências de estudantes com deficiência visual. Revista Brasileira de Educação Especial, Bauru, v. 28, e0012, p. 121-138, 2022. DOI: https://doi.org/10.1590/1980-54702022v28e0012.

SIMBINE, L. S. (2021). Resposta educativa às necessidades de estudantes com deficiência no Ensino Superior: Um estudo baseado nas vivências e práticas numa universidade em Moçambique [Tese de doutoramento, Universidade Pedagógica de Maputo] https://repositorio.up.ac.mz/items/13a55102-898f-4b61-8059-bad6007860c1/full

TRICCO, A. C. et al. PRISMA extension for scoping reviews (PRISMA-ScR): checklist and explanation. Annals of Internal Medicine, Filadélfia, v. 169, n. 7, p. 467-473, 2018. DOI: https://doi.org/10.7326/M18-0850.

UNESCO. Organização das Nações Unidas Para a Educação, a Ciência e a Cultura. Reimagining our futures together: a new social contract for education. Paris: UNESCO, 2022. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000381115.

This work is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International (CC BY-NC 4.0).